

CMP 2.1.10.41

MARIA LÚCIA DE SOUZA RANGEL Ricci

NOTAS À "PÁTRIA EM PERIGO" DE SILVA JARDIM.

Separata do Nº LII da Coleção da *Revista de História*.

SÃO PAULO — BRASIL
1974

Do projeto
arquivado
com o documento
30/8/74

NOTAS À "PÁTRIA EM PERIGO" DE SILVA
JARDIM (*).

MARIA LÚCIA DE SOUZA RANGEL
da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

No Brasil de todas as épocas, os homens e as instituições sempre se mantiveram na posição de um paradoxal antagonismo, inacreditável, certas vezes, ocultando uma veemente aversão pelo ajuste de suas próprias razões ou necessidades. Daí a formação de grupos insatisfeitos, despidos de compreensão própria na relatividade do amadurecimento das concepções. Somos desta ou daquela opinião, porque não a temos em verdade! Daí a luta entre Individualismo e Idealismo que se pode apreciar em nossa evolução histórica.

Em decorrência disto, eis o porque, por exemplo, da queda do regime monárquico no Brasil, em fins de 1889, ter causado grande estranheza nos grandes centros europeus, que o consideravam, em contraste com as demais repúblicas sul-americanas de então, como uma tranquila "democracia coroada". Mas não nos causaria estranheza se realmente observássemos os acontecimentos posteriores a 1850, ou mais precisamente de 1870 em diante. Em realidade, como já falavam nossos republicanos "a monarquia sempre fora uma planta exótica na América".

Nesse período que vai de 1850 a 70 o País passara por grandes transformações: surgiram as estradas de ferro, o telégrafo, as primeiras indústrias (e como nos diz Nícia Vilela Luz, é de 1870 a 1890 o "despertar da indústria nacional"), e a importância do Exército é igualmente crescente com tal desenvolvimento. Por outro lado no quadro da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, percebe-se a existência de uma incipiente "classe média" (formada de elementos ligados à atividade comercial) embora gravitando ainda em

(*) — Comunicação apresentada na 3ª sessão de estudos, no dia 28 de julho de 1973. (Nota da Redação).

MARIA LUCIA DE SOUZA RANGEL

NOTA À "PÁTRIA EM PERIGO" DE SILVA JARDIM

Separata do No. LII da Coleção da Revista de História

SÃO PAULO — BRASIL
1974

torno da órbita da classe senhorial; ao lado, o funcionalismo; os profissionais liberais (em grande parte oriundos da classe comercial e do funcionalismo), os militares (que como nos diz Leontina Licínio Cardoso, os moços ingressavam na carreira d'armas para conseguirem instrução, que as condições de vida pobre lhes negavam); os sacerdotes (que tanto quanto os militares eram de família pobre, e, procuravam os seminários para obterem instrução); os pequenos proprietários agrícolas; os trabalhadores (na sua maioria escravos) e os trabalhadores livres (imigrantes europeus).

Observa-se ainda que um bando de idéias novas agitava o Brasil de então, dando-lhe novas diretrizes, e observando-se igualmente, um período novo à história do pensamento: o naturalismo, o positivismo e o evolucionismo que começaram a interessar os nossos letrados, a maior parte proveniente da chamada classe média.

Graças a essa incipiente burguesia, no decênio de 1868 a 1878, viriam à tona, novamente, os sentimentos democráticos que praticamente adormeciam sob a dominação dos latifundiários que se assenhorraram do poder em 1837.

Igualmente, logo após a Guerra do Paraguai avolumar-se-iam as críticas contra o regime monárquico (sobretudo contra o Poder Moderador), e, à sombra delas renasceria o ideal republicano. Por outro lado igualmente o advento da Terceira República na França, influiria também sobre as elites brasileiras atentas a tudo que vinha de lá.

Observe-se ainda que, com a queda do Ministério Liberal, em 1868, e a sua substituição pelo Conservador, daria oportunidade para a fusão dos liberais históricos e progressistas, bem como a fundação do Clube da Reforma, que, em maio do ano seguinte, publicaria um manifesto acentuando “não ser necessário dizer que o Partido Liberal consagrava, entre os seus princípios fundamentais, a responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador, e a máxima: o rei reina e não governa”. Diriam então os liberais afastados do poder: “Reforma ou Revolução”.

Dentro desta atmosfera e do bojo do Partido Liberal-Radical, que partiria a idéia de arvorar a bandeira republicana.

Sem duvida alguma que a República no Brasil foi fruto de uma curiosíssima conjunção de forças: a da propaganda dos republicanos históricos que vinham desde 1870 e obedeciam a Quintino Bocaiúva; a dos exaltados que seguiam o jovem e brilhante orador Silva Jardim; a dos políticos desencantados (conservadores e liberais, monárquicos

depois da Abolição); a dos abolicionistas, da linha de Joaquim Nabuco e a dos federalistas de Rui Barbosa.

E será justamente nesse agitado período que medeia entre a Abolição e a República, que gostaríamos de destacar a figura de Silva Jardim, agitador e propagandista dos novos ideais, talvez um dos maiores revolucionários de sua época. Claro é, que apesar de seus erros e falhas, seu papel é realmente digno, pelo fato de haver preparado espíritos, de haver tentado uma educação política de massas, um homem capaz de levantar entusiasmos e confianças.

Sua formação é, na linha positivista, embora longe do ortodoxismo, sendo antes materialista e dialético, ou como querem seus estudiosos, o precursor do socialismo científico no Brasil.

O erro mais profundo de toda sua propaganda revolucionária contra o Império — uma espécie de oportunismo com relação a muitos proprietários rurais, no momento irritados com o governo Imperial, por haver este cedido à Abolição — fazendo com que Silva Jardim dissesse:

“o que é preciso é consolidar a Abolição, desviando a indignação (dos proprietários rurais), contra a princesa e contra o trono, e de um projeto de indenização para a aspiração à República; é isto que é preciso proclamar e instituir” (1).

Parece que Silva Jardim não se apercebeu ou não teve mesmo consciência da verdadeira correlação das forças em jogo. Com a Proclamação da República, que não fora como imaginara Silva Jardim a culminação de um verdadeiro movimento de massas, mas sim, fruto de um golpe de uma “classe” — a militar —, os elementos chamados na época “da esquerda” (inclusive e principalmente Silva Jardim), foram afastados, e, não demorou muito para que os grandes proprietários rurais e seus prepostos tivessem preponderância no novo regime. Assim, ao invés, por exemplo, de eleições populares, continuava vigorando o sistema de cabresto, manejado pelos chefões municipais, os prepostos dos grandes senhores latifundiários; em outras palavras, como diz Silva Jardim, da “monarquia sem Imperador”, para “República dos senhores de terra”.

Partindo, pois, dessas considerações gerais julgamos oportuno retomar o pensamento de Silva Jardim, num de seus mais vigorosos dis-

(1). — *Memórias e Viagens, I — Campanha de um Propagandista*, Lisboa, Cia. Nac. Ed., 1891).

curso, a conferência-meeting "Pátria em Perigo", realizada na cidade de Santos, na noite de 28 de janeiro de 1888, a fim de obter a adesão do patriótico povo santista, não só ao procedimento da Câmara Municipal de São Borja (Rio Grande do Sul) (2), bem como à adesão e apóio dos referidos cidadãos aos princípios da Liberdade que se julgava seriamente ameaçados.

Diga-se, de início, que Silva Jardim era uma pessoa bastante aceita pelo "povo", e, ao subir à Tribuna é recebido calorosamente com uma salva de palmas, embora fosse muito jovem, o que é curioso de observar-se, já que a maior parte dos Tribunos e representantes públicos de então, era de meia idade.

Suas primeiras palavras são de uma sutileza à toda prova, quando, justamente, justificando sua mocidade, sua pouca autoridade mesmo, solicita-lhes, no entanto, a sua atenção, não com o intuito de revoltar-lhes ou mesmo atemorizá-los, mas sim, no sentido de se unirem para o amanhã que se lhe apresentava bastante tenebroso!... E, a partir de então, vai, nosso jovem orador, passar a constatação dos fatos que, a seu ver, seriam o presságio negativo para o futuro da Pátria, fazendo salientar a necessidade de se convergir esforços para que todos esses perigos não ofendessem as garantias dos homens e dos cidadãos.

De início, o seu pronunciamento é no sentido de colocar o povo de Santos a par da atuação de Pedro II, tentando mostrar que o Chefe de Estado estava definitivamente inutilizado para o Governo (tal afirmação arranca aplausos da multidão, embora, em verdade nos pareça que tal multidão não estava realmente convencida dessa inutilidade do Imperador, e que o verdadeiro "horror" que Silva Jardim votava aos

(2). — É a seguinte a Moção plebiscitária da Câmara de São Borja (Rio Grande do Sul):

"Proponho que esta Câmara representante à Assembléa Legislativa Provincial sobre a indispensável necessidade de dirigir-se à Assembléa Geral para que, se dado o fato lamentável do falecimento de S. M. o Imperador, se consulte à Nação, por meio de um plebiscito, se se convem a sucessão no trono brasileiro de uma Senhora obcecada por uma educação jesuítica e casada com um príncipe estrangeiro, e, bem assim, que a Assembléa Rio-Grandense convide as outras Assembléas Prvnciais a, no mesmo sentido, representarem ao Parlamento; e que esta Câmara peça às outras municipalidades da Província que façam seu apelo à Assembléa Provincial.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 1887. O vereador Aparício Mariense da Silva".

(Esta proposta sofreu uma única modificação: por emenda do vereador Fidêncio Falcão foi substituída a palavra *jesuítica* pela *religiosa*). Transcrito de *A Idéia Republicana no Brasil, através dos Documentos* de Reynaldo X. C. Pessoa, São Paulo, 1973.

Bragança e aos Orleans, não tivesse realmente sido apercebido pelo "povo", e nem o próprio Silva Jardim deixa bem claro o porque desta aversão...); mostra que notava algum desenvolvimento em seu Reinado, mas, sua política, no global, era fraca e sem possibilidade de garantir a liberdade, bem como garantir o trono aos seus descendentes, uma vez que, pela própria antecedência, Pedro I, já teria lançado os germens de uma política reacionária que daria, à herdeira do trono, a Princesa Isabel, que além de não possuir qualidades de governo (3), era consorciada com o Sr. Gastão de Orleans, Conde D'Eu, família que apenas aspirava reinados, tirando, conseqüentemente, qualquer possibilidade de aceitação de tão decadente família — a família dos Bragança — "condenada pelas leis da fatalidade natural...".

Insiste, igualmente, várias vezes, na doença do Imperador, embora deixe claro, que não fora apenas a idade e a doença que o fizeram inútil e incapaz para governar o país, mas sim, o fato de que, num dos mais longos reinados já assinalados pela História, nada, absolutamente nada fez pelo país; passou-lhe longe toda nossa realidade.

O país simplesmente, a seu ver, foi governado pelas teimosias do temperamento do Imperador, temperamento esse tão dúbio, que, por vezes, chegava às raias da feminilidade...

Chega mesmo a apontar que duas frases definem a vida desse homem: "o quero já, quero já" (da Maioridade), e o "obrigado, meu povo, não chorem... eu voltarei breve" (da retirada de junho) (4).

E nos diz mais: "sua natureza era essencialmente medíocre, inteligência fraca, caráter irresoluto...". "A inércia o estragou..." daí perguntar-se: seria ele um sábio? Ao que ironicamente responde: se sempre falava sem ser interrogado, qualquer um de nós, nas mesmas circunstâncias, passaria por gênio...

Seria artista? Só se passasse à posteridade pelo quadro ao fiel povo ituano (medíocre, por sinal...), ou pela tradução da bandeira estrelada... (que é uma poesia norte-americana, que, posteriormente tornou-se o Hino Nacional dos Estados Unidos).

Seria político? Reformador? Que nos fale a má representação do país no exterior, ou a inútil criação do Colégio Pedro II, que apenas formava bacharéis e que bacharéis...

(3). — Observe-se bem a mentalidade da época — século XIX — onde dois caminhos apenas se abriam à mulher: ou o casamento ou o convento; as coisas do espírito, os comandos e feitos para os varões; à doçura, a arte de seduzir, os conselhos, o amor enfim, às damas.

(4). — *A Pátria em Perigo* (Bragança e Orleans), Tip. da Província, 1888, São Paulo, pág. 11-12.

Seria guerreiro? Estadista? Então o que significaria a “comédia de Uruguaiana”, ou o que se comentar da legislação artificial existente?

Seria um homem de grande coração? Então como explicar que, com a morte, por exemplo, de Araujo Lima, de Sapucaí, na mesma noite, a ida do Imperador ao teatro? É bem verdade, dizia Silva Jardim que

“para as almas pequeninas, sorrisos de atrizes valem mais que gemidos de moribundos!...” (5).

Então o que foi? O que fez?

“nada, nada! Era incapaz de vencer-se a si próprio, à própria imperfeição! A Pátria nada lhe deve, nós nada lhe devemos! Sua política foi fraca para garantir em futuro as nossas liberdades: eis o pior!” (6)

Observe-se que a este pronunciamento, seguem-se muitos aplausos.

E quanto a infeliz Princesa Isabel? Sem duvida alguma, diria-nos ele, a Pátria a condenaria pelos erros dos outros... Além de não possuir as qualidades exigidas para o governo, das quais, o principal obstáculo seria o seu sexo, como já observamos, o seu espírito fraco, sua ligação coniugal com um príncipe de caráter violento e dominador, além de francês, mas não de uma França liberal, igualitária e fraterna, mas sim, de uma família decaída da França, vindo de um pai capaz de admitir uma monarquia com direitos divinos, e de um avô de orgias e motins populares, o que esperar-se então? Acrescido a isto o que se dizia do fanatismo religioso da Princesa, Silva Jardim não acreditava, uma vez que julgava fanatismo uma cegueira, uma super-excitação de crenças, supondo-se para isso “uma certa elevação, uma certa energia”, que ele julgava inexistir na Princesa, ou melhor “no sangue da Condessa D’Eu”.

Como poderia pois a “Princesa lírica... a musical Princesa...” (há risos hilariantes entre os presentes...), fazer frente aos problemas da Pátria?

Daí perguntar inflamado a sua Assembléia:

(5). — *Ibidem*, pág. 15.

(6). — *Ibidem*, pág. 16.

“Devemos então, desgraçadamente preparar-nos para o reinado de um Gastão I...? Será possível que teremos de sofrer o despotismo, a repressão da liberdade de pensamento, de exame, de discussão, de exposição, de ensino, de indústria, de comércio, de trabalho? Será possível que a Liberdade seja então somente esta: — obedecer ao Chefe de Estado, da Igreja, do Exército, do Tesouro? Servir ao Poder Supremo e Único, à força teocrática do crê, obedece e marcha, ou se perseguido e morre? (7).

Ao que, mais freneticamente ainda responderia:

“Não! O regime moderno é de Ciência e de Indústria, de Liberdade e de Paz, e não de teologia, despotismo e guerra!” (8).

Acreditava Silva Jardim que se Gastão de Orleans assumisse o poder, a ciência brasileira ficaria reduzida a uma mesquinha filosofia clerical, porque, provavelmente, a liberdade de imprensa “escrita e oral” desapareceria: quanto a Independência, seria violada no seu próprio nascimento, já que a vocação de D’Eu era para a guerra, e, luta, por sua vez, é inimiga da indústria. Vem daí que a escravidão seria evidentemente sofismada, nossa agricultura persistiria na mesma, o país seria militarizado e o nosso tão brioso exército nacional, diria ele,

“seria convertido em instrumento de glória pessoal, em máquina de conquista...” (9).

Eis então o momento da reação; porque e quem teria mandado processar os representantes de São Borja? Evidentemente que o Conde D’Eu, a seu ver. E indaga:

“seria isto leal, ou pelo menos decente?”

Silva Jardim afirmava:

“cidadãos, foi o poder do Senhor Conde D’Eu que mandou processar os vereadores da Câmara Rio-Grandense!” E prosseguia convidando o povo santista a aderir ao de São Borja, observando que a monarquia teria de fato estagnado a Nação, mas, ela

(7). — *Ibidem*, págs. 28-29.

(8). — *Ibidem*.

(9). — *Ibidem*, pág. 35.

não poderia esmagar o brio, o valor e o patriotismo de um grande povo! (10).

Diria ainda, convidando, indistintamente, para que todos, tribunos, escritores, povo, reunidos em *meetings* em assembléias populares, impedissem a entrega da Pátria ao “aventureiro emigrado”.

E realmente o povo santista manifestaria sua adesão aos vereadores da Câmara Municipal de São Borja, solicitando, que, caso o Imperador viesse a falecer, a Nação fosse consultada para saber se conviria aos seus interesses que a sucessão do trono se efetuasse como estaria prevista, ou seja, admitindo-se a sua administração por uma senhora casada com um príncipe estrangeiro. Além do mais, deixam o seu protesto contra o ato anti-liberal do governo, processando e suspendendo os vereadores de São Borja, que se preocuparam em atender o interesse público, e, por isso, não se encontravam fora da lei.

Por este pronunciamento podemos observar o quanto a influência igualmente do Pensamento Positivista (daquele Positivismo não ortodoxo, nem mesmo muito comtiano, mas, muito “à moda da casa”, o Positivismo da jovem ala militar brasileira), estava impregnando o pensamento dos tribunos e escritores da época. O próprio Silva Jardim teria se beneficiado desta filosofia de vida, distanciando-se dela com um amadurecimento e com uma metodologia científica que muito o ajudou na sua doutrinação de massas.

Por outro lado, é curioso igualmente observar-se que a tão acentuada Liberdade não se coadunaria bem com o pensamento nem dos chamados positivistas, nem dos chamados republicanos históricos, nem mesmo dos abolicionistas: todos tinham o *menu* comum e saboroso — da Liberdade — mas cada um a via e a sentia ao seu modo!...

* *

*

INTERVENÇÕES.

Da Profa. *Helga I. L. Piccolo* (da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Disse: “Professora, meus parabens sinceros pelo seu trabalho, realmente uma valiosa contribuição que desejo ver ampliada por outros trabalhos.

(10). — *Ibidem*, pág. 37.

Dois aspectos me chamaram a atenção: “o positivismo não ortodoxo” de Silva Jardim e a repercussão da moção de São Borja em São Paulo.

Quanto ao primeiro, gostaria de obter esclarecimentos sobre até que ponto Silva Jardim aceitou a filosofia comteana.

Quanto ao segundo aspecto é apenas para manifestar a minha satisfação em ver a Moção devidamente colocada e apreciada como deve ser”.

*

Professores *Brasil Bandecchi* e *Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa* (FFLCH/USP).

Deixaram de mandar, por escrito, as suas intervenções.

*

*

*

RESPOSTAS DA PROFESSORA MARIA LÚCIA DE S. RANGEL RICCI.

À Profa. *Helga I. L. Piccolo*.

Respondendo: “Muito agradecida pelo elogio à nossa modesta contribuição.

Quanto à sua primeira indagação, realmente, embora não consideremos Silva Jardim um positivista ortodoxo (da linha, por exemplo, de um Teixeira Mendes), o culto à mulher, à família, à pátria, estão presentes em todos os momentos de sua vida (tanto particular como pública). Sofreu influência direta de Benjamin Constant, entre outros, em sua formação.

Com relação à repercussão da Moção Plebiscitária de São Borja em São Paulo, ela é realmente muito grande, principalmente na cidade de Santos, onde a idéia de República já era bem forte.

*

Ao Prof. *Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa*.

Nosso muitíssimo obrigado pelas suas elogiosas observações. Mas queremos deixar bem claro: se não fosse sua brilhante orientação não estaríamos agora aqui. Muito obrigado é pouco, pelo muito que nos ofereceu.

*

Ao Prof. *Brasil Bandecchi*.

Seu aparte foi muito valioso, inclusive por nos lembrar a vinculação de Silva Jardim a Clovis Bevilacqua. Os nossos sinceros agradecimentos”.